



OJERIZA AO ÁRDIL TOTALITÁRIO:

A IMPRENSA E SEU DISCURSO ANTINAZISTA NO RIO GRANDE DO SUL (1938-1945)

Ian Lucas Dalbosco Guidini¹

Os anos de 1938 a 1945 reservaram impactantes conflagrações dentre as conjunturas político-sociais brasileiras. Enquanto o início do ano de 1938 perenizou o modelo político do Estado Novo e centrou Getúlio Vargas como a figura pública austera e soberba que personificava os moldes políticos resolutos do período, as tensões que premeditavam a hecatombe da Segunda Guerra Mundial tornavam-se mais ríspidas entre os países europeus. E a Alemanha, cerne central das principais conflagrações políticas que assolavam o mundo, e consequentemente o partido nazista, que detinha o poder nesta nação, passaram a ser encarados de maneira mais ponderada perante as camadas políticas do governo brasileiro.

A declaração do estado de beligerância brasileira ante os países do Eixo em agosto de 1942 e posteriormente a inserção no conflito ao lado das forças Aliadas, e antes disto, o decreto nº 383 de 18 de abril de 1938, que - em decorrência da campanha de nacionalização do governo Vargas -, proibia expressamente, estrangeiros estabelecidos de maneira fixa ou em caráter temporário no território nacional, de desenvolverem qualquer atividade de natureza política, fomentaram no seio da população nacional um imaginário antagonista às práticas políticas que se delineavam na comunidade europeia, cujas doutrinas e ideologias, denominadas de “exóticas”, propalavam-se em determinados grupos da sociedade brasileira.

Especificamente, a ideologia e o partido nazista receberam atenção redobrada dos órgãos de censura e repressão do governo Vargas, e o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) o qual, obteve sua oficialização apenas em dezembro de 1939, mas que já funcionava extraoficialmente há muito tempo², destinou sua atenção substancialmente ao papel ocupado pela imprensa no processo de refutação às ideologias e propagandas políticas do partido nazista. Jornais oficiais do partido no Brasil foram fechados, bem como, jornais cuja publicação dava-se em

¹ Acadêmico do curso de Mestrado do programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF), com bolsa financiadora fornecida pela própria Universidade de Passo Fundo. Email: iandalboscox13@gmail.com

² TOTA, Antonio Pedro. *O Estado Novo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

alemão, sob a acusação de praticarem apologia às práticas nazistas. No Sul do Brasil, e particularmente no Rio Grande do Sul, este cenário tomou proporções ainda maiores, especialmente pelo estimado número de comunidades de origem alemã presentes no estado, o que, teoricamente representaria um perigo de “nazificação” do território sul-rio-grandense. Tal premissa, fez com que a imprensa local – sob ordenação e observância constantes do DIP -, passasse a censurar seu discurso frente ao regime nazista, e por vezes, tomar papel explícito de oposição às práticas e partidários nazistas que se desenhavam no estado.

Embora os primeiros registros da atividade nazista no Brasil datem do ano de 1926 e coincidentemente oriundos da cidade de São Leopoldo, onde estabeleceram-se os primeiros colonos alemães no Rio Grande do Sul³, o partido tomou expressividade no Brasil apenas no começo dos anos 30, e tramitou livremente entre a sociedade brasileira até ser proibido em 1938.

A boa relação entre os governos brasileiro e alemão, estabelecida durante boa parte da década de 1930, oriunda de uma política econômica extremante profícua acordada entre os dois países, permitiu que o partido nazista caminhasse sob a legalidade no território nacional, sem sofrer qualquer tipo de repressão por parte do governo brasileiro. A coibição ao partidarismo nazista poderia desestabilizar as relações entre os dois países, o que não era visto com bons olhos pelo governo brasileiro, que evitava de todas as maneiras gerar qualquer espécie de atrito com os alemães, já que até o ano de 1938 o intercâmbio comercial entre os dois países representava cerca de 24,99% do total de importações brasileiras oriundas da Alemanha, enquanto as exportações aos germânicos alcançaram números significativos, com o algodão brasileiro ocupando papel de destaque na demanda alemã⁴.

As fecundas relações econômicas engendradas entre ambos os Estados, refletia no campo político, com Vargas, regularmente colaborando com as campanhas de “auxílio ao inverno” promovidas pelo governo alemão - enviando volumosas cargas de café para o país -, e com acordos de cooperação e treinamento entre a polícia brasileira e a GESTAPO⁵. Tal aproximação entre os dois países era entendida como benéfica pelo governo brasileiro, pois representava uma maior concorrência no mercado nacional entre Alemanha e Estados Unidos, e uma certa “independência” dos vizinhos Americanos.

³ SANTANA, Nara. O Estado Novo e a repressão ao nazismo no Brasil. *Dimensões*, Vitória, v. 13, p.157-162, dez. 2001.

⁴ GERTZ, René. *O fascismo no Sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

⁵ Geheime Staatspolizei (Polícia Secreta do Estado), polícia política do governo nazista, que operava sobre tutela da Schutzstaffel (SS).

⁶ GERTZ, op. cit.

No entanto, esta conjuntura de simples cordialidade entre os dois países, passa a ser sistematicamente questionada por alguns pesquisadores. Renê Gertz chama a atenção para uma empatia existente entre a classe política do governo de Getúlio Vargas e o regime nazista: “Até 1938, quando foram tomadas a nível nacional as primeiras medidas contra teutos e contra as atividades do grupo nacional-socialista no Brasil, o governo brasileiro demonstrou simpatia crescente em relação ao regime nacional-socialista.”⁷

Este cenário de benquerença entre Brasil e Alemanha, passa a estremecer-se em virtude das primeiras medidas da campanha de “nacionalização” do governo de Vargas, que visava instaurar no bojo da nação brasileira uma identidade cultural uníssona, o que afetou diretamente as comunidades de origem alemã, e posteriormente, as células do partido nazista no país. A ruptura das relações entre os dois países viria a ocorrer anos mais tarde, em janeiro de 1942, quando o Brasil viria a romper relações com os países que compunham o Eixo, seguindo orientações acordadas na 3ª Reunião de Consultas dos Ministros das Relações Exteriores, realizada no Rio de Janeiro⁸.

Segundo dados levantados pela pesquisadora Ana Maria Dietrich⁹, o partido nazista fez-se presente em 17 estados brasileiros, com uma constância mais expressiva nos estados com maior número de colônias alemãs, especificamente, as regiões Sul e Sudeste. Ao todo, a autora afirma que 2.900 alemães eram filiados à sucursal brasileira do partido, representando a segunda maior célula partidária nazista entre os 83 países existente à época, atrás apenas da Alemanha.

Cabe-se de ressalva, que seguindo as regras e os fundamentos surgidos na matriz da *Auslandsorganisation der NSDAP*¹⁰¹¹, apenas os chamados *Reichsdeutsche* (alemães do *Reich*), em geral, imigrantes do segundo grande fluxo imigratório da Alemanha (dado nas primeiras décadas do século XX), poderiam ocupar os quadros do partido, pois segundo os próprios, carregavam consigo um vínculo de pertença maior com a “pátria mãe”, o que os diferenciava dos *Volksdeutsche* (alemães do povo) ou como ficariam conhecidos, “teuto-brasileiros”. Estes imigrantes oriundos do primeiro grande fluxo imigratório de alemães ao Brasil (dado nas primeiras décadas do século XIX e intensificado na segunda metade do mesmo século), encontravam-se já em sua 2ª ou 3ª geração e embora prezassem pela manutenção de diversos hábitos de sua cultura de origem, sua distância geográfica e temporal, promovia relevantes mudanças culturais em relação às da “pátria mãe”,

⁷ Ibid., p. 63.

⁸ TOTA, 1984, p.53.

⁹ DIETRICH, Ana Maria. **Nazismo Tropical? O Partido Nazista no Brasil**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (Departamento de História/Programa de Pós-graduação em História Social/Núcleos de Estudos e, História Oral), USP, 2007. (Tese de Doutorado).

¹⁰ Organização do partido nazista no Exterior.

¹¹ NSDAP - *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei*; Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães; vulgo partido nazista.

como o uso mesclado da língua alemã com o português, e por vezes, o casamento com indivíduos negros, o que comprometeria a política eugênica defendida pelo partido nazista¹².

O Rio Grande do Sul, segundo Moraes¹³ ocupava o cargo de 4º maior estado com presença de membros do partido nazista no Brasil, com 439 partidários, atrás de São Paulo (785) Santa Catarina (528) e Rio de Janeiro (447). Cifra esta, relativamente pouco expressiva, se levarmos em conta que o número de alemães presentes no estado, segundo o censo de 1940 (não incluídos os teuto-brasileiros) era de 15.279 indivíduos¹⁴.

Embora o número de partidários nacionais-socialistas no estado não galgasse cifras exorbitantes, a repressão ao nazismo no Rio Grande do Sul deu-se de maneira muito contundente, compreendendo, sobretudo, resoluções oriundas do pacote de medidas instauradas pelo governo Vargas, em seu percurso em prol da “nacionalização” de todos aqueles residentes no território brasileiro, iniciado nos primeiros meses de 1938. Destarte, a coibição às práticas nazistas não se deteve apenas aos anos pós 1942, quando - após o rompimento das relações brasileiras com os países que compunham o Eixo, e a posterior declaração de estado de guerra – a Alemanha passara a ser encarada como Estado inimigo.

As medidas de represália a comportamentos políticos-culturais tidos por “exóticos”, deu-se de maneira mais abrupta no Rio Grande do Sul, se comparado a outros estados do Norte e Nordeste do território nacional, pois tal intento, “[...] dependia de constelações políticas, sociais e econômicas locais, da qualidade e do posicionamento das autoridades do lugar e de alguns outros fatores.”¹⁵

No que tange ao território sul-rio-grandense, a campanha de “nacionalização” tem na figura de Oswaldo Cordeiro de Farias seu principal agente. Foi em seu período a frente do cargo de interventor federal (1938-1943) que as represálias aos denominados “quistos étnicos” emergiram como foco central das ações político-administrativas do estado.

Sua administração, aparentemente, não se caracterizou por um grande dinamismo. Uma parte muito significativa de suas energias, de fato, foi gasta com questões “etnográficas-internacionalistas”, isto é, a caça a supostos germanistas e nazistas, e a “nacionalização” dos gaúchos “alienígenas”, já que tinha uma fixação pela destruição dos “quistos étnicos.”¹⁶

Deste modo, torna-se evidente que os indivíduos de origem alemã, constituíram o cerne central das atividades de circunspeção da política de “nacionalização” no estado. Tal pensar

¹² DIETRICH, op. cit.

¹³ MORAES, 1996 apud DIETRICH, op. cit., p. 135.

¹⁴ DIÉGUES, 1964 apud GERTZ, 1987, p.18.

¹⁵ GERTZ, René. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2005. p. 153.

¹⁶ Ibid., p. 28.

justifica-se pelas acepções imaginárias tidas no período acerca dos estados sulinos, pois segundo Gertz “a bibliografia de origem política e policial da época mostra que se partia da pressuposição de que quase a totalidade da população do Rio Grande do Sul e em especial de Santa Catarina era nazista.”¹⁷

De certo, havia constatações da existência nas comunidades alemãs de atividades partidárias nazistas e de determinadas manifestações simpáticas às causas do regime nazista, sendo esta,

a tônica geral entre os “germanistas”: fazia-se referências a Adolf Hitler e à doutrina nazista, mas combatia-se a arrogância e as atividades e manifestações dos “partidários”, quando ultrapassavam os limites dentro dos quais o *Deutschtum*¹⁸ se propunha a trabalhar.¹⁹

Constata-se de certa forma, um comportamento dualista nas camadas germânicas presentes no estado: enquanto os membros dos quadros partidários agiam com certa soberba e arrogância em suas manifestações em prol do regime nazista, os outros alemães, os chamados “teutos”, compreendiam ações de refutação às praticas radicalistas dos partidários, enquanto suas manifestações públicas de empatia pelo regime, transvestiam-se de um comportamento que prezava pela manutenção e preservação das matrizes culturais alemãs vigentes à época, o que de fato, englobaria os anseios nacionalistas propagados pelo governo nazista, mas repelindo qualquer exibição de cunho partidário.

Tal distinção, não fora considerada pelo governo do estado, pois submerso em seus anseios, “a identificação que o nazismo estabelecia com o germanismo foi construída às avessas pelo governo gaúcho, que os confundia. Para construir o nacionalismo do Estado Novo, era preciso identificar e exterminar o exótico.”²⁰ Sendo assim, independente de compor ou não os quadros políticos do partido nazista no estado, qualquer traço cultural poderia ser usado como forma de legitimar ações de repressão e comprovar a presença da ideologia nazista entre os teutos, fosse apenas por conversar em alemão em público, ou até mesmo, por ler um jornal de língua alemã.²¹

O uso dos meios de comunicação disponíveis à época (principalmente o rádio e a imprensa) basearam as políticas hostis conflagradas nas comunidades alemãs, legitimando condutas agressivas praticadas pela polícia política do Estado Novo. O próprio chefe de polícia do estado durante o governo de Cordeiro de Farias, o senhor Aurélio da Silva Py, admitiu, no que dizia respeito

¹⁷ GERTZ, 1987, p. 87.

¹⁸ Conceito que costuma ser traduzido como *germanismo*. Refere-se sumariamente ao empenho pela conservação dos costumes e tradições alemãs (GERTZ, 1987 p. 93).

¹⁹ GERTZ, op. cit., p. 96

²⁰ FACHEL, José Plínio Guimarães. **As violências contra alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul**. Pelotas: UFPEL, 2002. p. 165.

²¹ GERTZ, op. cit.

principalmente às comunidades teutas, que fora “[...] lançada contra os alemães uma campanha sistemática por meio da imprensa.”²²

A imprensa sul-rio-grandense, aflorou assim, como um importante canal de supressão e refutação às ideologias, ao partido e aos partidários nazistas no estado, e seu discurso – fosse oriundo da declaração do estado de beligerância ante a Alemanha em 1942 ou impulsionado pelas medidas de caráter “nacionalistas” empreendidas pelo governo do Estado Novo -, despontou no território estadual como aquilo que entende-se por uma região representativa, um espaço simbólico onde configuram-se ideias e concepções, conflitantes ou conscentidas. Neste caso em particular, nota-se a perpetração de determinadas condutas influentes convenientes, uma concepção estreita sobre um juízo de valor moral específico: a ojeriza ao nazismo.

Os prejulgamentos, especialmente os de caráter econômicos, no que diz respeito ao regionalismo, foram sistematicamente contestados pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. Segundo este, tais preconceitos delegam ao regionalismo uma concepção simplória de mera “paixão”, o que afeta diretamente os processos de entendimento do real, pois,

[...] por não reconhecer a contribuição dada à construção do real pela representação que os agentes têm do real, ele não pode compreender a real contribuição que a transformação colectiva [SIC] da representação colectiva [SIC] dá à transformação da realidade.²³

Bourdieu, ainda salienta, que a ratificação das ideias e concepções representadas no espaço simbólico, estão diretamente atreladas com o lugar de fala ocupado pelo enunciante, porque, “o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras.”²⁴

O autor ainda buscar ressaltar, no que tange aos processos de representação coletiva percorridos no espaço simbólico, que é somente

enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra.²⁵

²² PY, 1940 apud NEUMANN, Rosane Márcia. **“Quem nasce no Brasil, é brasileiro ou traidor!”**: as colônias germânicas e a campanha de nacionalização. São Leopoldo: Dissertação de mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003. p. 174.

²³ BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989. p. 129.

²⁴ BOURDIEU, 1989, p. 15.

²⁵ Ibid., p. 11.

Partindo desta premissa, o horizonte delineado pela revista *Vida Policial*, vem a contrinuir de maneira sensível no fomento de um imaginário antinazista no Rio Grande do Sul, pois a revista, era o principal veículo informativo da Repartição Central de Polícia do estado, carregando em suas perspectivas, as matrizes ideológicas imputadas pelo Estado Novo.

Criada em 30 de agosto de 1938, a revista *Vida Policial* tem suas origens ligadas diretamente ao Delegado de Polícia da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), Plínio Brasil Milano, e tinha por ambição inicial doutrinar e adequar a polícia civil estadual aos novos princípios e concepções do Estado Novo, buscando desta maneira uma maior unidade política dentre a classe policial do estado. Somente algum tempo depois – e por tamanho alvoroço causado – a revista passa a destinar-se também a toda sociedade civil do Rio Grande do Sul, logo tornando-se uma das revistas de maior tiragem do sul do Brasil.

Como revista técnico-policial de frequência [SIC] mensal, cumpria-se uma tarefa importante na construção de uma nova fase política instalada com o golpe de 1937, fortalecendo o universo autoritário implantado no Brasil a partir deste momento. A criação da revista correspondia aos ímpetus de consolidação da estrutura repressiva e autoritária no país.²⁶

A estruturação da revista não sofreu qualquer mudança de composição em seu período de veiculação, sua periodicidade mensal manteu-se constante, apenas as temáticas trabalhadas em suas publicações passam a readequar-se conforme os anseios socio-políticos vigentes. Pode-se distinguir dois períodos distintos na formação discursiva do periódico: O primeiro, percebido desde o ano de sua fundação até meados de 1942, buscava direcionar o conteúdo da revista entre questões cotidianas da polícia civil - como técnicas investigativas e análises de crimes em específico -, matérias que visavam popularizar ante o seio da sociedade civil do estado a importância da polícia enquanto órgão mantenedor da ordem e paz social, e até mesmo novelas policiais; E o segundo - pós declaração de guerra do Brasil ante os países que compunham o Eixo - em 1942, com a temática do nazismo, emergindo como foco central de observação das reportagens da revista.

Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, os editores do periódico policial têm novos alvos a explorar, que irão satisfazer o discurso estatal. Comunistas, nazistas e integralistas tornam-se personagens centrais e principais de todas as matérias.”²⁷

²⁶ WEIZENMANN, Tiago. **Cortando as Asas do Nazismo**: representações e imaginários sobre o nazismo na revista *Vida Policial* (1942-1944). São Leopoldo. Dissertação de mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008. p. 113-114.

²⁷ BENEVENUTO, Estela Carvalho. **A polícia e a revista *Vida Policial***: uma face do Estado Novo no Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1997. p. 81.

A partir deste segundo momento, a vertente textual praticada pela revista passa a destinar suas atenções às preocupações oriundas do estado de guerra ao qual o país encontrava-se submerso. A supressão aos denominados “agentes totalitários” ou “súditos do Eixo”, torna-se mais evidente. Surgem assim as seções policiais “Cortando as asas do nazismo” e “Astros da Quinta-Coluna”²⁸, que logo passam a ocupar o cargo de principais editoriais da revista. Seu discurso, em suma, visava orientar a camada civil ao grau de periculosidade infligida à ordem social pelas ações dos indivíduos apontados como “simpatizantes” e partidários Eixistas, principalmente aqueles considerados nazistas, criando assim, no âmago da sociedade estadual uma sensação de temor às práticas subversivas desempenhadas por estes, o que viria a justificar as fervorosas medidas de represália praticadas pela polícia Estanovista, principalmente frente aos cidadãos de origem alemã. As verbalizações utilizadas nesses editoriais visavam ridicularizar e insultar os indivíduos que iam de encontro a “ordem” e a “estabilidade social” vigentes, e, em geral, suas reportagens compreendiam “denúncias contra agentes nazistas, quintacolonistas e colaboradores do Eixo, todos reduzidos à condição de inimigos da pátria e, portanto, submetidos à determinação de saneamento social.”²⁹

Outras escritas como a coluna “Espíões que vi” que dedicava-se a relatos e acusações de espionagem praticadas por “simpatizantes” nazistas no estado, e demais publicações como os artigos “O povo do Rio Grande do Sul tem consciência do perigo que o Nazismo oferece ao Brasil” (03/1942), “Povo Invasão” (07/1942), “O germanismo no RS, os precedentes do Nazismo” (08/1942), “Germanismo e Nazismo” (07/1943), dentre outros, auxiliaram expressivamente no enfrentamento as práticas nacionais-socialistas e na incitação de um imaginário antinazista frente o público leitor, elencando assim, o periódico *Vida Policial*, como um importante veículo de oposição as práticas nazistas no estado.

Deste modo, sua importância não deve ser desprezada enquanto produção jornalístico-policia da Repartição Central de Polícia do Rio Grande do Sul. Disposta, a doutrinar, orientar, informar, entreter, acusar, denunciar, entre tantas outras finalidades [...] aplicando em nível regional, uma estratégia de comunicação de massa, preocupada em persuadir, manipular e controlar.³⁰

²⁸ No território brasileiro, a expressão “Quintacoluna” era usada para designar os imigrantes ou descendentes japoneses, italianos ou alemães que possuíam qualquer vínculo partidário/ideológico “estrangeiro”. Segundo Dezem, “o termo era usado para designar o agente ou simpatizante de uma das partes da guerra e que realizava atos de subversão e sabotagem no próprio território inimigo. A expressão originou-se da Guerra Civil Espanhola, servindo para designar os anti-republicanos que viviam em Madrid, simpatizantes das quatro colunas franquistas que marchavam sobre a cidade” (DEZEM, 2000, p.38, apud DIETRICH, 2007, p.32).

²⁹ WEIZENMANN, 2008, p.128-129.

³⁰ Ibid., p. 123-124

Outro veículo impresso que merece ressalva quanto ao papel ocupado pela imprensa no fomento do imaginário antinazista no estado, foi o jornal *Correio do Povo*, que – embora em número e eloquência exponencialmente menor que a revista *Vida Policial* – fez uso de toda sua popularidade à época como um dos jornais de maior tiragem no estado – se não o maior – para refutar, as práticas e os praticantes da ideologia nazista que se desenhava no território sul-rio-grandense.

Fundado em 1º de outubro de 1895 pelo sergipano Francisco Antônio Caldas Júnior, o *Correio do Povo*, surgia na cidade de Porto Alegre com uma premissa ousada: carregar em seu editorial jornalístico um semblante moderno, de constante inovação, e caracterizar-se por ser um jornal apertadário, onde a primazia pela notícia sobrelevava-se a ideologia política. Um jornal que nascia comprometido com a informação e sua veracidade, independente a quem pesasse. Intento este, extremamente arrojado e inovador, visto que a maioria dos jornais à época pendia em seus editoriais a uma ou outra concepção de cunho político. A imparcialidade informativa não permeava sobre o cenário impresso rio-grandense.

o *Correio do Povo*, jornal “noticioso, literário e comercial”, que se tornaria uma instituição centenária do Rio Grande do Sul, tendo como fundamento revolucionário para o Estado na época uma nova concepção narrativa e investigativa: a informação como origem e finalidade. Foi a revolução copernicana do jornalismo gaúcho. A informação, em lugar da ideologia político-partidária ou das teses de iluminados ou iluminadores, passava a ser de fato o centro do universo.³¹

Embora Caldas Júnior - como ficara conhecido – tenha vindo a falecer prematuramente em 1913 aos 44 anos, o *Correio do Povo* continuaria sob comando da família Caldas, e Breno Caldas, filho do fundador, tomaria a frente do jornal em 1935, permanecendo por quase 50 anos como diretor, até o período em que o periódico decretaria falência³². As premissas imputadas por Caldas Júnior quando fundara o *Correio do Povo* permaneceriam vigentes na essência do jornal, sendo uma folha essencialmente direcionada para as massas, um jornal comprometido com a opinião popular, “de todos para todos”, apresentando liberdade argumentativa em todas as seções de seu editorial, e nos mais variados assuntos.

Em depoimento, Breno Caldas admite que objetivou seguir as orientações jornalísticas de seu pai, quando este

³¹ SILVA, Juremir Machado da. **Correio do Povo - A primeira semana de um jornal centenário**. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 28.

³² Em 1984, e por decorrência de uma série de dívidas contraídas pelo jornal, o *Correio do Povo* decreta falência, sendo dois anos depois, negociado com o empresário Renato Ribeiro, mas não sem antes, Breno Caldas ter gastado 90% de todo seu patrimônio tentando recuperar o jornal.

Quis fundar um jornal moderno, com uma idéia [SIC] nova de imprensa para sua época: uma idéia [SIC] em que o jornal fosse um veículo imparcial... quer dizer, imparcial o mais possível, subordinado às circunstâncias, porque a vida está sempre subordinada às circunstâncias. Nós procuramos depois – os que sucederam o meu pai na direção do jornal – obedecer a essa orientação jornalística. E acho que conseguimos.³³

Tal axioma, talvez sirva como horizonte explicativo no que tange ao entendimento de o por que o *Correio do Povo* não tomaria uma posição peremptória frente a campanha de “nacionalização” e o combate aos partidários “exóticos” do Estado Novo. Até 1942, poucas foram as notícias veiculadas que objetivavam denunciar as “práticas” e/ou “partidários nazistas” no estado. Diferentemente de outros periódicos da época como o jornal *Diário da Manhã* (que veremos a seguir), o *Correio do Povo* era mais comedido em suas publicações, não promulgando qualquer verbalização mais ofensiva ante os indicativos de possíveis atividades nazistas e da factível “ameaça” do “perigo alemão”.

As escassas notícias que contemplavam a temática do nazismo no estado – *Atividades Nazistas no Rio Grande do Sul* (04.03.1938); *Atividades Nazistas no Rio Grande* (09.04.1938); *Campanha contra o Nazismo em Pelotas* (19.04.1938); *As atividades nazistas no RS* (13.05.1938); *Propaganda Nazista* (29.06.1939); *Espionagem alemã no porto de Rio Grande* (17.11.1939); *Serão espiãs alemãs?* (21.02.1940) – compreendiam apenas um caráter noticioso em vista aos fatos, conferindo assim, certos preceitos de neutralidade frente o “embate” Estadonovista e aqueles indivíduos tidos por “simpatizantes” às causas nazistas. Apenas na notícia “*Sou nazista e só obedeço ao governo da Alemanha*”, o jornal procura inferir um caráter opinativo, ressaltando o nazismo como “prática perigosa” e o “atrevimento destes estrangeiros a quem o brasileiro acolheu cavalheirescamente.”³⁴

No entanto, após o rompimento das relações brasileiras com os países do Eixo em 1942, este cenário sofre determinadas alterações. A atenção dada pelo periódico a temática do nazismo passa a ser maior, o que acarreta num aumento significativo das notícias relacionadas ao tema. E embora a ampla maioria das veiculações relacionem-se a conjuntura nazista percebida em um âmbito

³³ MACHADO, José Antonio Pinheiro. **Breno Caldas - Meio século de correio do Povo**. Porto Alegre: L&PM, 1987. p. 21.

³⁴ CORREIO DO POVO, 18/08/1939, p. 3. (A partir desta, o jornal Correio do Povo será referenciado pela sigla “C.P.”).

nacional³⁵, aquelas que tangem à deflagrações e denúncias de atividades nazistas no Rio Grande do Sul, carregam a partir deste momento, um certo viés de antipatia as práticas nacionais-socialistas.

Ainda que o caráter unicamente noticioso das reportagens perpetue, notícias como “*Recusaram-se a assistir as aulas de uma professora partidária do nazismo*” e “*O nazismo no Rio Grande do Sul*” atribuem ao nazismo, alcunhas como “vírus” e ideologia “malfadada”³⁶, ou caracterizações como “máquina infernal [...] com todo o seu rigor de perversidade.”³⁷

Embora a prudência esteja presente em todas as representações dadas pelo jornal à temática nazista, em um âmbito estadual, a partir de 1942, com a Alemanha sendo vista como Estado inimigo, as manifestações textuais do *Correio do Povo*, carregam consigo uma presunção antipática a todos aqueles que perpetuem ou salientem a prática totalitária alemã.

Em contraponto à ponderação praticada pelo *Correio do Povo*, o jornal *Diário da Manhã* não possuía ressalvas em suas declarações, emergindo desde os primórdios da campanha de nacionalização, como um periódico que buscava em suas publicações, combater de maneira ferrenha as alegações e manifestações de cunho nazista, inferidas no estado.

Passando a ser publicado em 28 de novembro de 1935, o jornal *Diário da Manhã* surgiu como o primeiro jornal de publicação diária da cidade de Passo Fundo, e logo, tornou-se um dos principais periódicos da região norte do estado, com seu modelo editorial vindo a servir de exemplo, para vários outros jornais que surgiriam posteriormente na região.

Túlio Fontoura, seu fundador, constituiu uma extensiva carreira no meio jornalístico do estado, antes de decidir fundar seu próprio veículo de notícias. Começou como repórter policial em 1922 no jornal *A Manhã* de Porto Alegre, após o fechamento deste, passou ainda pelos jornais *A Federação* e *Correio do povo*, da mesma cidade, antes de mudar-se para Passo Fundo em 1926 onde viria a trabalhar no semanário *A Gazeta* até 1930. Posteriormente em 07 de maio de 1931 funda na cidade seu primeiro jornal, o semanário *A Luta*, que circulou por pouco tempo antes de ter suas portas fechadas em definitivo. Em 1933, de volta a Passo Fundo após um período detido no Rio de Janeiro, Túlio passa a trabalhar como correspondente na cidade para o jornal *A razão* de Santa Maria, para assim, só depois em 1935, fundar o *Diário da Manhã*.

Em seu primeiro editorial, o *Diário da Manhã* deixa claro sua posição enquanto um

³⁵ O *Correio do Povo* possuía uma tiragem que abrangia boa parte do território rio-grandense, e denúncias e/ou acusações mais contundentes aos “simpatizantes” nazistas que em geral estavam relacionados às comunidades de origem alemã, poderia afetar a circulação do jornal nestas localidades.

³⁶ C.P., 25/03/1942, p. 5.

³⁷ Id., 02/04/1942, p. 4.

Orgão [SIC] de severa independência [SIC] equidistante dos partidos em luta [SIC], alheio às contendas religiosas, infenso a extremismos, qualquer que seja, sua forma [SIC] e modalidade, procurará, invariavelmente, auscultar os desejos e anseios [SIC] da coletividade [SIC], ser intérprete [SIC] fiel de suas aspirações, defensor extremo de seus direitos.³⁸

Túlio Fontoura era visto por seus próximos como uma figura decidida, “um homem que não possuía duas opiniões sobre um mesmo assunto”, alguém que zelava pela profissão de jornalista como alguém que cumprira “sua grandiosa missão de informar” de “instruir” e “educar”. Para Túlio, “o verdadeiro e sadio jornalista se ocupa, também da política, não se deixa levar pelo canto da sereia [...] comunga e colabora com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, com as autoridades no saneamento moral e social.”³⁹

As resolutas opiniões jornalísticas de Túlio Fontoura transpassavam à redação do *Diário da Manhã*, que através das publicações veiculadas no jornal, procurava alertar e combater de maneira contundente, desde o início de 1938, sobre as ameaças a ordem social vigente, que a ideologia e os “simpatizantes” nazistas poderiam inferir à sociedade rio-grandense. Embora não tenhamos percebido uma perscrutação intensiva por parte do jornal, que comprovasse – por meio da publicações de documentos, fotografias ou de outros elementos comprobatórios – a culpabilidade iniludível daqueles indivíduos acusados de práticas simpáticas ao regime nazista, tal aplicação verborrágica, veio a fornecer, certa feição de subsídio e legitimação cívica, às ações hostis e repressivas praticadas pelo Estado Novo.

As verbalizações de antipatia e ojeriza às práticas e aos praticantes nazistas percebidos no estado e proclamadas pelo jornal foram expressas em diversas matérias durante o período de 1938 até 1945, onde críticas e denúncias aos indivíduos nazistas e quintacolonistas – especialmente os nacionais-socialistas – eram proferidas. Aos “simpatizantes”, eram atribuídas alcunhas como “inimigo extremista”, “inimigo interno”, “miserável traidor”, dentre outros. Já o regime e a ideologia nazista, eram representados, para citar um exemplo entre muitos, como um “barbarismo totalitário que tenta varrer da terra todas as mais caras e sagradas conquistas que o homem acumulou através dos séculos.”⁴⁰ Os indivíduos quintacolonistas que assemelhavam-se segundo as concepções do jornal como “simpatizantes” nazistas, sofriam represálias constantes, isso porque o periódico possuía uma visão clara e uma sobre o que representava a sociedade, o sujeito tido por membro da quintacoluna:

³⁸ DIÁRIO DA MANHÃ, 28/11/1935, p. 4. (A partir desta, o jornal Diário Da Manhã será referenciado pelas sigla “D.M.”).

³⁹ D.M., 03-04/12/2005, p. 2.

⁴⁰ Id., 11/03/1942, p. 4.

O quinta-colunista [SIC] é a encarnação mais perfeita da traição, da covardia, da baixa moral, e da solécia. O combate contra esse elemento desagregador deve ser constante, sem tréguas, com a maior energia possível, para evitar que eles nos prepare [SIC] as cenas dantescas que tiveram por palco a Polônia, a Noruega, a Holanda, a Bélgica e a França, hoje transformada em colaboradora da “nova ordem” instituída na Europa pela bota ensanguentada desse estadista de camisa parda que se chama Hitler.⁴¹

O próprio jornal admitia em suas publicações, ser um ávido combatente das acepções de caráter nazista, como pode ser percebido em uma das publicações do jornal, intitulada “*Porque combatemos o nazismo*”, em que busca justificar a ojeriza praticada pelo veículo à prática totalitária alemã, expondo que o “cerceamento da liberdade da ação e de pensar” a qual submetem-se os povos submissos a regimes totalitários como o nazismo, “tornando-se escravos de interesses inconfessáveis” destes regimes, que “abastardam e aviltam a dignidade humana, corrompendo o caráter, desfibrando o civismo dos povos”, onde tais governantes tomando o poder para si, e dirigem os povos “como se fossem animais irracionais” soam como os principais motivos para a classe editorial do jornal ser sempre “adversários intransigentes do nazismo.”⁴²

Partindo da máxima de que nos anos de 1930 e 1940, a imprensa assim como o rádio, ocupava o cargo de principal expoente informativo da população sul-rio-grandense, torna-se válido conferir, que as representações imputadas pelos veículos impressos aqui citados, fossem elas, oriundas das medidas “nacionalistas” do governo Vargas, ou proclamadas em virtude da Alemanha ser classificada como Estado inimigo, pautadas na verdade dos acontecimentos ou frutos de meros achismos e especulações, contribuíram significativamente no processo de fomento de um imaginário antagonista às práticas nazistas que desenhavam-se no estado, e embora as publicações variassem em número e abordagem conforme o periódico, cada impresso a partir de suas representações de ojeriza, contribui de maneira ímpar no processo de coibição à prática totalitária alemã nas camadas cívicas do Rio Grande do Sul.

Referências Consultadas:

BENEVENUTO, Estela Carvalho. **A polícia e a revista Vida Policial: uma face do Estado Novo no Rio Grande do Sul.** Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1997.

⁴¹ D.M., 10/03/1942, p. 3

⁴² D.M., 17/06/1943, p. 2.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

Correio do Povo, Porto Alegre, 4 mar. 1938, p.3.

Correio do Povo, Porto Alegre, 9 abr. 1938, p.12.

Correio do Povo, Porto Alegre, 13 mai, 1938, p.14.

Correio do Povo, Porto Alegre, 29, jun. 1939, p.5.

Correio do Povo, Porto Alegre, 18 ago. 1939, p.3.

Correio do Povo, Porto Alegre, 17 nov. 1939, p.14.

Correio do Povo, Porto Alegre, 21 fev. 1940, p.2.

Correio do Povo, Porto Alegre, 25 mar. 1942, p.5.

Correio do Povo, Porto Alegre, 2 abr. 1942, p.4.

Diário da Manhã, Passo Fundo, 28 nov. 1935, p.4.

Diário da Manhã, Passo Fundo, 10 mar. 1942, p.3.

Diário da Manhã, Passo Fundo, 11 mar. 1942, p.4.

Diário da Manhã, Passo Fundo, 17 jun. 1943, p.2.

Diário da Manhã, Passo Fundo, 03-04 dez. 2005, p.2.

DIETRICH, Ana Maria. **Nazismo Tropical? O Partido Nazista no Brasil**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (Departamento de História/Programa de Pós-graduação em História Social/Núcleos de Estudos e, História Oral), USP, 2007. (Tese de Doutorado).

FACHEL, José Plínio Guimarães. **As violências contra alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul.** Pelotas: UFPEL, 2002.

GERTZ, René. **O fascismo no Sul do Brasil.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

_____. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul.** Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2005.

MACHADO, José Antonio Pinheiro. **Breno Caldas - Meio século de correio do Povo.** Porto Alegre: L&PM, 1987.

NEUMANN, Rosane Márcia. **“Quem nasce no Brasil, é brasileiro ou traidor!”: as colônias germânicas e a campanha de nacionalização.** São Leopoldo: Dissertação de mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003.

Revista Vida Policial, Porto Alegre, 1938-1945.

SANTANA, Nara. O Estado Novo e a repressão ao nazismo no Brasil. **Dimensões,** Vitória, v. 13, p.157-162, dez. 2001.

SILVA, Juremir Machado da. **Correio do Povo - A primeira semana de um jornal centenário.** Porto Alegre: Sulina, 2015.

TOTA, Antonio Pedro. **O Estado Novo.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

WEIZENMANN, Tiago. **Cortando as Asas do Nazismo:** representações e imaginários sobre o nazismo na revista Vida Policial (1942-1944). São Leopoldo. Dissertação de mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008.